

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 123-124

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE SETEMBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Cezar Silvestri e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1764

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Inversão da Ordem do Dia, da presente sessão plenária.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com base no artigo 121, do Regimento Interno, e atendendo sugestões do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projeto de Lei de nºs 276/2000 e 291/2000, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) NELSON JUSTUS

OFÍCIO Nº 015/2000

Curitiba, em 19.09.2000.

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no artigo 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 276/2000 e o Projeto de lei nº 291/2000, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir por doação lotes urbanos à Companhia de habitação do Paraná, COHAPAR.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Francisco Brito de Lacerda, ocorrido dia 16.09, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 77 anos de idade, faleceu, no último dia 16 nesta capital, o doutor Francisco Brito de Lacerda, que deixou viúva dona Zeni Santos Lacerda, 4 filhos e netos.

Francisco Brito Lacerda, de tradicional família paranaense, foi advogado, escritor e historiador. Colaborador do Jornal Gazeta do Povo, foi também presidente da Ordem dos Advogados, Seção Paraná, diretor da Imprensa Oficial e do antigo Departamento de Assistência Técnica dos municípios.

O passamento do doutor Francisco Brito de Lacerda, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Francisco de Lacerda.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Francisco Brito de Lacerda, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do doutor Francisco Brito de Lacerda para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Francisco sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Brito de Lacerda endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, pela passagem do seu 88º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Coronel Renê Roberto Witek, comandante do Corpo de Bombeiros, para que receba e trans-

mita a todos os Soldados do Fogo, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aquele que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes, quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo faz por esta sociedade da qual é membro eminente.

Será um dia de gala, o dia em que festejamos a passagem de mais um aniversário do glorioso Corpo de Bombeiros do Paraná.

Foi muito bem pensado dedicar-se um dia do ano ao Corpo de Bombeiros, a esses bravos Soldados do Fogo, que não medem esforços sempre prontos a prestar socorro à população.

Nesta significativa data “08 de outubro”, toda a corporação é digna do nosso reconhecimento, respeito e admiração mas se podemos elogiar o trabalho desenvolvido por todos eles, também devemos reconhecer que o Estado tem deixado de dar o apoio necessário para que possam dar cumprimento a nobre missão que com galhardia desempenham.

Aquele chamado “Soldado do Fogo”, está sempre pronto para ajudar, para colaborar, para salvar, a qualquer hora, seja para atender a um pequeno pedido até o socorro de maior gravidade.

Que na data dedicada, com justiça, ao nosso Bombeiro na passagem do 88º aniversário da corporação, a comunidade paranaense reflita sobre a elevada importância e da sua constante presença.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em cumprimentar todos os valorosos bombeiros.

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Jornal Folha Universal - Um jornal a serviço de Deus”.

Jornal esse de interesse social, religioso e um meio pelo qual uma nova consciência tenta ser implantada na comunidade. Com o objetivo de pregar o Evangelho aos quatro cantos do mundo e, para isso, seria necessário o poder de Deus, são mensagens, testemunhas e depoimentos do que Ele tem realizado. Inicialmente “O Despertar da Fé”, com 15 minutos de duração, foi transmitido pela Rádio Metropolitana. Depois a Igreja alugou alguns espaços e assumiu a direção de outras emissoras, criando uma rede de rádios e TVs que divulgam o seu trabalho. Não demorou muito tempo e a Igreja Universal do Reino de Deus chegou aos estados brasileiros.

Além da imprensa falada, a igreja também começou a divulgar seu trabalho pela imprensa escrita. A

expansão aconteceu gradativamente, mas em tempo recorde se comparada ao crescimento de outras igrejas.

A igreja tem intensificado a evangelização nestes lugares, além de prestar assistência social, com a distribuição de cestas básicas, roupas, remédios, enfim, tudo que possa melhorar a vida dos menos favorecidos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Folha Universal - Um jornal a serviço de Deus”, em nome do diretor responsável, bispo auxiliar Natal Furucho, Estrada Velha da Pavuna, 3610 - Inhaúma - RJ - CEP 20766-720.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal, Luiz Carlos Pivovarsky e Dilcéia Ferreira Pivovarsky, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Alcemiro Antonio Gonçalves e Eva Farali Gonçalves, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, uni-

dos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João de Paula Vieira e Joraci Ferraz Vieira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor José Wanderlei Resende, por ter assumido vaga na Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O desembargador e poeta José Wanderlei Resende é o mais novo membro da Academia Paranaense de Letras. Ele tomou posse ontem (18.09.2000) no auditório do Tribunal de Justiça do Paraná.

Aos 61 anos, o desembargador Resende já tem três livros publicados e mais de 250 poesias editadas. Além disso, participa de diversas antologias em todo o Brasil, com poesias e crônicas.

Resende foi eleito por unanimidade pelos membros da Academia e o estímulo para a concorrência à 32ª Cadeira foi a publicação de suas obras e a participação em instituições como: Centro de Letras do Paraná, Academia de Letras José de Alencar, Academia de Cultura de Curitiba e Academia de Poesia Raul de Leoni (de Petrópolis-RJ).

A estréia oficial de Resende na literatura ocorreu com a publicação do livro “Folhas Caídas”, em 1983. Depois disso, o desembargador escreveu: “Caminhos” e “Grito Mudo”, além de participar de diversas antologias. Ele faz poesias modernas, que não são baseadas na

métrica, mas em rimas e ritmos. Os temas são variados e falam principalmente de sentimentos e de contemplação do autor sobre os fatos do cotidiano. Desde 1996, Resende exerce a função de desembargador.

Pela merecida ocupação da vaga na Academia Paranaense de Letras, receba o desembargador doutor José Wanderlei Resende (Tribunal de Justiça - 3º andar) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Exce-lentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde, doutor Armando Raggio, solicitando providências para implantar em região central de Curitiba, o Serviço Ambulatorial que complemente as ações terapêuticas desenvolvidas pela Unidade de Recuperação de Alcoolistas - U.R.A., do Hospital Adauto Botelho, facilitando o acesso aos pacientes e familiares, visando assegurar a continuidade do tratamento iniciado com o internamento do alcoolista.

Certos de podermos contar com o apoio de Vossa Excelência renovamos votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O tratamento do alcoolismo implica uma abordagem integrada de fatores que certamente ultrapassa o internamento hospitalar. Este é importante quando a ingestão alcança níveis insuportáveis para o organismo. O processo terapêutico, propriamente implica necessariamente em uma adesão do paciente ao processo, muitas vezes logo, que inclui inúmeras variáveis, tais como: compreender a doença, admitir-se doente, quebrar mecanismos de defesa; querer ajuda, auto-valorização, motivação para a vida, entre outros. Face a heterogeneidade desta clientela, o processo não é absorvido de forma uniforme e um internamento muitas vezes não consegue alcançar seus objetivos.

Internamentos repetitivos são comuns entre os alcoolistas.

Ouvir de pacientes e familiares que o alcoolista está se internando pela oitava ou décima quinta vez é rotineiro e este fato cria uma falsa expectativa de que o tratamento não funciona e reforçando a idéia que o hospital é apenas um salvador para os momentos de crise.

Por outro lado, pacientes e familiares que relatam períodos satisfatórios de sobriedade, informam que aqueles pacientes após internamento freqüentaram ambulatórios ou AA/Alanom, tiveram apoio familiar e da empresa.

Estes relatos e experiências bem sucedidas relatadas na literatura científica nos dão certeza que a con-

tinuidade do tratamento ambulatorial é uma seqüência lógica imprescindível na abordagem do alcoolismo.

Para aqueles que trabalham junto à clientela alcoolista há uma sensação frustrante de não saber o resultado de suas ações, visto a inexistência de uma estatística da doença e o índice de recuperações obtidas nestes internamentos nas diversas unidades de internação poderia quantificar melhor as ações desenvolvidas e racionalizar futuras ações.

A implementação de um serviço ambulatorial que complemente as ações terapêuticas desenvolvidas pela unidade de recuperação de alcoolistas - URA do Hospital Colônia Adauto Botelho, visa sobretudo otimizar estas ações, complementando-as, com o objetivo de evitar o alto índice de internamentos repetitivos, estimular alcoolistas e familiares ao uso de organizações não governamentais, como os AA/Alanom/Alateen, igrejas, grupos de apoio de empresas e outros.

O alcoolistas quando é internado na Unidade de Recuperação de Alcoolistas - URA, recebe atendimento modelar, que atende a desintoxicação, cuidados para com as intercorrências clínicas, cuidados de enfermagem, grupo terapêutico, atividades ocupacionais, socialização, auto-valorização e outros que cobrem a demanda do momento.

A família, instada a comparecer à unidade, se aproxima do tratamento participando do confronto, de grupos familiares e subsidiando a equipe com dados adicionais sobre o paciente. Estas atividades permitem a discussão sobre a doença, o entendimento dos mecanismos da doença, seu papel sistêmico, conhecem soluções, alternativas, recursos comunitários o que permite ampliar o processo reflexivo e o estímulo ao enfrentamento de seus problemas.

Localizado nas dependências do URA, este ambulatório continuaria útil e importante, mas possivelmente limitaria grandemente a vinda de usuários, pela distância. Com a implantação do ambulatório para alcoolistas, em lugar central de Curitiba, com acesso fácil para pacientes e familiares, pretende-se assegurar a continuidade do tratamento do alcoolista, prosseguindo o contato com a família. Pretende-se, ainda, assegurar a mesma linha terapêutica de forma prolongada, abreviar o tempo de internamento, ensinar aumento nos períodos de sobriedade, prolongar o processo terapêutico por tempo considerado ideal, dentro da literatura científica (cerca de dois anos) e alcançar mais facilmente recursos comunitários que possam convergir para o enfrentamento do problema.

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Sandra Mara Benevides, residente à Rua Rio Solimões, nº 67 - Jardim Weisópolis, que pede a

colocação da saibro na rua em que reside, pois formou-se uma valeta na mesma e quando chove, ocorrem alagamentos. Seu filho é deficiente e faz uso de uma cadeira de rodas, porém, com os alagamentos, fica inviável a locomoção dele para fora de casa. A senhora Sandra, por 04 (quatro) vezes já fez tal pedido a Prefeitura e infelizmente até a presente data não foi atendida. Por tratar-se de um caso especial, conforme citado acima, solicitamos urgência no atendimento desta reivindicação justa e necessária. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667-1867.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 305/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar um Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, anexo ao Hospital Universitário de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Com tal propositura, pretende-se melhorar o atendimento das pessoas acometidas de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, câncer, etc, doenças estas que necessitam de uma continuidade no tratamento, de um acompanhamento mais constante.

Há que haver uma estrutura que possa respaldar a terapia necessária para que se possa garantir um tratamento sério, possibilitando ao paciente melhor qualidade de vida.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 306/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Clube do Idoso "Reviver em Cristo", com sede no município de Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Rua Ceará, 333, na cidade de Rondon e foro no município de Cidade Gaúcha, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

O Clube do Idoso "Reviver em Cristo" tem por finalidade congregar os idosos e outras pessoas que venham integrar o clube apoiando suas legítimas aspirações, lutando pelos seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os idosos integrantes do clube, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade; representar perante as autoridades legislativas, administrativas e judiciárias os interesses gerais dos moradores idosos; manter serviços assistenciais, cooperativos, promocionais, informativos através de convênios com organismos públicos e privados; realizar trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos idosos em geral.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 307/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal, a ser comemorado anualmente, no dia 25 de outubro.

§ 1º - As comemorações alusivas a data compreendem a realização de seminários, debates, campanhas e outras atividades que visem a identificar e a prevenir as doenças bucais.

§ 2º - Para a realização dos eventos mencionados no parágrafo anterior, o Poder Executivo poderá celebrar acordos com os municípios e as entidades organizadas da sociedade civil interessados em participar das comemorações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A preservação da saúde bucal é uma das principais metas das ações de saúde desenvolvidas pela Organização Mundial de Saúde - OMS e pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O Brasil, nas últimas décadas, vem reduzindo significativamente o Índice de Dentes Cariados, Perdidos e Obturados - CPOD, de sua população. Em algumas cidades das regiões Sul e Sudeste, a população já apresenta índice de cárie compatível ao estabelecido para o ano 2000 pela OMS para a faixa etária de 12 anos de idade. A redução da prevalência e incidência da cárie no Brasil, deve-se sobretudo as políticas públicas de fluoretação das águas de abastecimento e do creme dental e as práticas coletivas de prevenção desenvolvidas na rede escolar pelas equipes de saúde bucal dos órgãos governamentais que atuam na área.

Por outro lado, é importante salientar que existem diversas enfermidades que atingem a boca. Entre elas, podem ser citadas as mais comuns doenças periodontais, má oclusão, neoplasias (maligna e benigna), lesões da mucosa, displasias e lesões de natureza infecciosa e inflamatória. A não identificação desses males, assim como a não realização da prevenção e do tratamento em tempo hábil podem causar reflexos comprometedores a órgãos vitais do corpo humano. Embora seja de amplo conhecimento os perigos dessas doenças, é lamentável que o último inquérito epidemiológico, realizado em 1996 pelo Ministério da Saúde, tenha omitido pesquisa sobre o assunto, resultando no acúmulo de desinformação sobre os índices de prevalência, incidência e a necessidade de tratamentos desses males. Sobre os males citados, não se conhecem influências da aplicação de fluoretos, que, ainda, são os principais agentes redutores da cárie dental no País.

Tendo em vista tais considerações, não existem dúvidas de que o Poder Executivo tratará do assunto como de máxima importância e receberá das entidades ligadas à área todo o apoio necessário para atingir a população paranaense, visando a sua participação nos eventos. A valorização do ser humano, sobretudo do cidadão paranaense, é premissa constitucional. A realização de ações promocionais e preventivas da saúde bucal deve ser uma luta diária, com o objetivo claro de semear no rosto de nossa gente um sorriso saudável, como dizia Leon Tolstoi: “parece-me que o sorriso, e só ele, faz aquilo que chamamos de beleza de um rosto”.

Isto posto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal.

PROJETO DE LEI Nº 308/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos, localizado na Rua Marechal Cândido Rondon, 3530, 44, inscrito no CGC 77.867.901/0001-00, fundado em 1995, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei 2954/99, tem caráter estritamente beneficente e assistencial.

A Associação Educacional Lins de Vasconcelos de Cascavel é uma daquelas associações compostas de pessoas apaixonadas por aquilo que fazem e por esta razão se dedicam nesta atividade, deixando muitas vezes, o lado financeiro e a família, em busca de um objetivo.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência recebe hoje, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - Aben Nacional, senhora Eucléia Gomes Vale.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti que fará a apresentação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados. Está presente aqui, em nosso Plenário, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, a professora Eucléia Gomes do Vale e que vem a esta Casa manifestar a angústia e o sofrimento da categoria de enfermagem em relação a todos os seus problemas e, principalmente, com relação ao assassinato dos enfermeiros Marcos e Edna Valadão que era presidente no Rio de Janeiro - da Associação do Sindicato no Rio de Janeiro.

E o deputado José Maria Ferreira há alguns meses manifestou a sua preocupação, o seu inconformismo, nesta Casa, e outros parlamentares assim o fizeram também. E o deputado Alborghetti nos encarregou, neste momento, de substituí-lo na apresentação da professora Eucléia que falará - neste momento, manifestando sua angústia e toda a problemática que envolve a enfermagem não só no Paraná mais no Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra no Pequeno Expediente, a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, senhora Eucléia Gomes do Vale.

A SRA. EUCLÉIA GOMES DO VALE

Boa tarde a todos. Inicialmente gostaria de saudar o deputado Nelson Justus e em nome dele saúdo os demais parlamentares, saudar também as senhoras e os

senhores e as colegas que estão aqui presentes. Quero agradecer pela oportunidade de estarmos aqui para mais uma vez a reivindicar das autoridades brasileiras o que se segue.

(Lê):

“As mortes de Marcos Otávio Valadão e Edna Rodrigues Valadão, presidente da Aben - RJ e presidente do Sindicato dos Enfermeiros do RJ, assassinados no dia 20 de setembro de 1.999, assombra aos que defendem a vida, mas não tira a coragem de continuar lutando.

Como profissionais Marcos e Edna Valadão exerceram os cargos a eles confiados, com competência, abnegação, ousadia e honestidade.

Possuíam especial senso de ética e compromisso social que os fizeram batalhadores efetivos em todas as causas da categoria e não se furtaram as lutas em prol da saúde e bem estar da população brasileira.

A história profissional e pessoal de Marcos e Edna Valadão representa para a enfermagem Brasileira um exemplo de dignidade, ética e cidadania a ser seguido por todos aqueles que lutam por melhores condições de saúde, educação enfim, por uma qualidade de vida, vida segura, livre, digna e feliz.

Os dois sempre foram reconhecidos pela sua insistente luta pela justiça e ética, grande líderes que por anos estiveram presentes em todos os momentos em defesa da saúde pública, dos direitos de seus parceiros, trabalhadores de saúde e firmes integrantes da Movimentação - Movimento Nacional pela Moralização e Inovação do Sistema Cofen/Corens. E todos os trabalhadores da saúde, em especial os da enfermagem, sabem o quanto é necessário movimentar-se frente a ação nefasta e corrupta desse sistema em sua vida profissional.

Reconhecidos pelo dinamismo e pela jovialidade que envolvia o casal em suas relações com todos os que com eles conviveram.

Reconhecidos pela combatitividade e coragem para denunciar.

Muitos foram os fatos denunciados ao longo desses anos e nada apurado no dia 22 de outubro de 1997, na Câmara Federal em audiência com a Comissão de Controle e Fiscalização o Movimento pedia a intervenção no Conselho Federal de Enfermagem, haja vista uma série de denúncias formuladas pela então Presidente Maria Lúcia Tavares, dando conta que na gestão do ex-presidente Gilberto Linhares Teixeira houve irregularidades todas comprovadas em documentos já apresentados a diversas autoridades.

As denúncias foram enviadas ao Tribunal de Contas da União, Protocolo nº 001612-98-0, de 26/03/98 e à Procuradoria Geral das República do Rio de Janeiro, procedimento nº 08120.000901/87-52.

Além dessa série de desmandos administrativos, o Cofen apareceu em documento da Secretaria de Estado da Segurança Pública do RJ, na lista de “mortes envolvendo a área de saúde”, que investiga a morte do conselheiro enfermeiro Guaraci Novaes, assassinado em 20 de

agosto de 1997, com 10 tiros nas costas, a 150 metros de sua casa, no Bairro Novo Campo Grande, em Campo Grande - RJ. Passados dois anos ainda não foi esclarecida.

Estamos mais uma vez, reiterando a nossa reivindicação de apuração, prisão e punição aos mandantes e assassinos de Marcos e Edna Valadão, na certeza de que as autoridades brasileiras vão assumir conosco essa luta em prol da justiça, da ética, da solidariedade e da cidadania.

Exigimos:

- Que o Tribunal de Contas da União execute auditoria contábil/financeira no Conselho Federal de Enfermagem, enquanto isso que haja intervenção em todo o Sistema Cofen/Corens;

- Que as denúncias já formuladas sejam apuradas com todo o empenho e vigor pela Secretaria de Segurança Pública do RJ e pelo Ministério da Justiça, possibilitando o esclarecimento urgente dos fatos e a punição de todos os envolvidos, assassinos e mandantes;

- Garantia de proteção a vida de todos os integrantes da direção da Aben, da FNE, Sindicato dos Enfermeiros do Estado do RJ, e outras entidades que compõe a Movimentação. Enfim, de todos que estavam ombro a ombro com Edna e Marcos no processo de denúncia já relatados.

- Pela abertura do debate nacional, nos conselhos e conferências de saúde sobre o controle da sociedade na fiscalização do exercício profissional na saúde”.

Estamos hoje aqui em Curitiba, Paraná. Amanhã estaremos no Rio de Janeiro em audiência pública, reivindicando o mesmo que estamos reivindicando aqui e confiamos que todos os senhores darão uma atenção especial a esta nossa solicitação, fazendo valer o direito constitucional de justiça, ética e cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação, a visita do presidente da Câmara de Ourem, Portugal, doutor Davi Pereira Catarino, de sua esposa Helena Catarino e do Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Municipal de Ourem, professor Mário Albuquerque e sua esposa Edith Albuquerque.

Convido o deputado Orlando Pessuti para que, em nome da Assembléia Legislativa, fizesse a saudação aos nossos companheiros, irmãos portugueses que hoje nos visitam.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, ilustres parlamentares portugueses doutor David Pereira Catarino, presidente da Câmara de Ourem e professor Mário Albuquerque, presidente da Assembléia Municipal de Ourem.

Em nome desta Assembléia Legislativa devo dizer da satisfação que tenho em saudá-los nesta visita que

fazem a Curitiba, ao Paraná e, em especial a esta Casa de Leis.

Tivemos a oportunidade de conversar durante o almoço em que nos fizemos acompanhar também do deputado Algaci Túlio que desde ontem à noite já os acompanha. Primeiro na recepção ao aeroporto e hoje pela manhã na visita que fizeram ao Legislativo Municipal, à Câmara Municipal de Curitiba, em audiência com o presidente daquela Casa, vereador João Derosso.

Gostaria de dizer que, para nós do Paraná, realmente é uma alegria muito grande recebê-los e faço esta manifestação também em nome dos parlamentares brasileiros já que presidimos a Associação Nacional dos Deputados Estaduais, a Unale, que congrega os 1059 deputados estaduais do Brasil e as 27 Casas Legislativas. E, a satisfação que temos é por tudo aquilo de comum, por tudo aquilo de igual que possuímos os brasileiros em relação aos portugueses. A nossa vinculação, é sabida por todos, começa desde o nosso descobrimento, da nossa colonização, da nossas tradições, da nossa cultura, da nossa língua, enfim, de tudo aquilo que nós aqui no Brasil desenvolvemos e fazemos, um pouco ou muito, existe de Portugal entre nós.

Portanto, recebê-los nesta tarde, na Assembléia Legislativa, é como se estivéssemos recebendo os nossos próprios irmãos brasileiros, os nossos próprios irmãos paranaenses, os nossos próprios parlamentar, os próprios parlamentares deste Estado. Devo dizer que esta Assembléia se engrandece ao recebê-los e tenho certeza que oportunamente poderemos, quem sabe, retribuir esta visita que nos fazem na tarde de hoje, indo até o vosso País, indo até vossa cidade para que lá possamos também conhecer aquilo que ainda não conhecemos à respeito da nossa querida Portugal, a respeito da nossa querida Ourém e da nossa querida e tão importante Fátima.

Sejam bem-vindos em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, sejam bem-vindos em nome de todos os deputados deste País, que, como Vossa Excelências buscam, certamente o bem estar social de toda a população portuguesa e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu pediria aos senhores deputados a máxima atenção às palavras do professor Mário Albuquerque, que é deputado na Assembléia da República de Portugal, correspondente ao nosso deputado federal, e, que, juntamente com o doutor David Catarino nos visita hoje.

Passo a palavra ao deputado Mário Albuquerque.

O SR. MÁRIO ALBUQUERQUE

Senhor presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimos Senhores deputados, digníssimo pessoal auxiliar desta Assembléia, senhoras e senhores.

Antes de tudo eu queria, em meu nome, de minha mulher e das pessoas que me acompanham, agradecer muito reconhecidamente ao senhor presidente da Assem-

bléia Legislativa, a forma gentil e amiga como nos recebeu nesta passagem por terras de Curitiba.

De fato, para nós foi extremamente sensibilizante a forma como ontem fomos recebidos no aeroporto e quando chegamos, de fato, a vossa terra, tínhamos o senhor deputado a receber-nos, tínhamos o doutor Ivo, que também nos acompanhou assiduamente há pouco tempo em que estamos em Curitiba. Deixe-me dizer, senhor presidente, sobre a situação que muito nos sensibilizou quando chegamos, para além da eficiência do aeroporto, o que não é habitual, porque as malas chegaram antes de nós, mas realmente é significativo e foi algo que também nos impressionou.

Prova, realmente, a eficiência e a organização dos serviços e da estrutura administrativa e política desta terra. Mas, dizia que quando chegamos ao aeroporto vimos algo que nos tocou profundamente e foi precisamente aquela exposição comemorativa dos 500 anos de descobrimento do Brasil, que de forma muito feliz, está tão bem retratada naquela espaço, que é um espaço por onde passa muita gente, provavelmente gente de todo o mundo e que dá um testemunho exato da aproximação, do estreitamento das relações que de fato existem entre Brasil e Portugal. É uma imagem que está ali, da nossa história, da nossa cultura, todo nosso passado, que quer queiramos quer não é indissociável a nós próprios. Foi um momento muito sensível que sentimos quando chegamos, sentindo realmente bem portugueses no Brasil e sentindo que os brasileiros sentem a dimensão portuguesa, porque afinal somos todos irmanados nesta história comum que percorremos durante tantos anos e que pretendemos percorrer muito mais anos, e se possível nos aproximando, em função naturalmente dos nossos sentimentos, que são sentimentos profundos, de muita amizade e reconhecimento pela forma como soubemos nos aproximar, mais do que outros povos.

Portanto, senhor presidente e senhores deputados, é com muito orgulho que estamos aqui, hoje Sou deputado na Assembléia da República, em Lisboa, representando o distrito da Santarém, ao qual pertenço, e levarei até Lisboa um pouco do testemunho que recebi aqui, por estas entidades máximas do Brasil, por onde temos passado. De fato, testemunhos valiosos, que não esqueceremos, em que a hospitalidade assumiu uma expressão enorme, e que para nós não foi surpresa dado o fato de que Portugal e Brasil são dois países irmãos e que o povo de Portugal e Brasil se identificam e se irmanam perfeitamente, sempre que tem oportunidade de se manifestarem.

Senhor presidente, ora este o testemunho que queria deixar, hoje, um testemunho de muita amizade e que realmente tem a ver com a forma como nós entendemos a nossa maneira de estar no mundo e que entendemos também que cada vez mais há necessidade de estreitarmos estas relações tão privilegiadas, que deve ter entre Portugal e Brasil.

Muito obrigado a todos. Quero agradecer a forma como nos trataram e receberam e creiam que quando visitarem Portugal, nos veremos e falamos com a espontaneidade que nos caracteriza, também, do mesmo e forma como Vossas Excelências também citam em Portugal, portugueses e brasileiros simultaneamente.

Muito obrigado por tudo.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário destinado às Lideranças, no horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti.

Esta Presidência solicita ao deputado Orlando Pessuti, vamos suspender por alguns poucos minutos a sessão para que o deputado Albuquerque possa receber os cumprimentos e despedir-se dos nossos companheiros.

O professor Mário Albuquerque quer fazer um convite aos deputados.

O SR. DAVID P. CATARINO

Presidente da Câmara de Ourém, equivalente ao prefeito no Brasil, David Catarino, queria saudar o senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seus deputados, a Excelêntíssima Mesa que o apóia, dizendo que representamos aqui um Conselho de Ourém, um conselho com mais de oito séculos de história e também uma cidade importante que se transformou no altar do mundo, a cidade de Fátima.

Gostaria que, representando aqui aquele município com 420 quilômetros de área e 46 mil habitantes, gostaria de transmitir aqui o grande aprêço pelo acolhimento que o senhor presidente e seus serviços de apoio nos tem manifestado e gostaria também de deixar aqui numa altura em que comemoramos 500 anos da descoberta do Brasil e ao mesmo tempo quando falamos da globalização, gostaria de dizer que foi há 500 anos que se deu um passo importante na globalização. Quer dizer, os povos cada vez mais vão estar em conjunto para tratar dos seus assuntos, dos seus problemas e se formos capazes de estreitar os laços de amizade entre os povos, tal como vai acontecendo entre o povo brasileiro e o povo português estaremos a trabalhar para que os próximos 500 anos sejam anos de efetiva globalização, globalização resultado da sã convivência e amizade.

Gostaria de, não me alongando, deixar o nosso aprêço pelo acolhimento que nos foi aqui dispensado e gostaria de formalmente transmitir ao senhor presidente um convite para se deslocar ao município de Ourém porque gostaríamos de retribuir esta visita, mas também gostaríamos de contribuir de forma ativa para que os próximos 500 anos, pelo menos, sejam anos de estreitamento de relações entre estes povos irmãos que ao longo destes anos construíram uma base cultural e uma língua

comum que lhes possibilitam tornar os próximos séculos, séculos de sã convivência e com tributo para os valores que queremos instituídos ao nível, a dimensão universal, quer dizer, aquilo que queremos ver no mundo os valores da paz, os valores da globalização no bom sentido, porque também por vezes esta globalização nos causa receios, gostaríamos de contribuir para que a globalização que se avizinha seja o reflexo da vontade dos povos.

Senhor presidente, gostaríamos de recebê-lo com quem entender em Ourém e retribuir a amabilidade desta visita.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos para que os senhores deputados possam despedir-se do deputado David e Mário Albuquerque.

Sessão Suspensa

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está reaberta a sessão.

Com a palavra o líder da Oposição, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, as nossas primeiras palavras em nome da Bancada de Oposição nesta Casa, deputados do PMDB, do PT, dois do PDT e um do PSDB, é no sentido de manifestar a nossa sincera e profunda solidariedade aos enfermeiros e enfermeiras de todo o Brasil aqui representados pela Professora Eucléia. E cobrar sim, como cobram os enfermeiros e enfermeiras de todo o País uma solução, um esclarecimento acerca do assassinato dos enfermeiros Marcos e Edméia Valadão ocorridos no dia 20 de setembro de 1999 no Rio de Janeiro.

Já tivemos oportunidade de tomar ciência deste acontecido, deste lamentável acontecido, não só através das palavras do deputado José Maria Ferreira, não só da palavra dos enfermeiros e enfermeiras do Paraná, mas do noticiário Nacional já que este assunto foi amplamente divulgado. E pena que não tivesse tido de parte das autoridades policiais, sejam elas as Polícias Cíveis e Militares do Rio de Janeiro, e não tenha tido também das autoridades constituídas, do Tribunal de Contas da União em especial, a preocupação que teve a imprensa naquele momento ao divulgar amplamente o episódio, que não tiveram essas autoridades talvez a mesma preocupação em elucidar os assassinatos, e muito menos o Tribunal de Contas em proceder a necessária e urgente auditoria nas contas do Cofen e dos Corens para que se esclarecesse toda uma série de denúncias e fraudes, que eram justamente denunciadas pelo Marcos e pela Edméia. Então, recebam deste deputado, dos deputados da Oposição, e

tenho certeza de toda a Assembléia, a manifestação de solidariedade. Esperamos realmente que possamos ter os esclarecimentos necessários e que a justiça se apresente também imediatamente já que um ano se passou sem que nada de positivo acontecesse.

Outra questão, senhor presidente, que venho à tribuna. Na semana passada nós aqui estivemos para - eu não diria denunciar, porque já é de conhecimento de todos os parlamentares - analisar em conjunto com os senhores deputados e tive da parte de deputados de Oposição e também da parte do governo a solidariedade e Apartes sobre o assunto, sobre o lamentável estado de conservação das rodovias estaduais do Paraná. Na quase totalidade delas encontram-se em péssimo estado de conservação. Em algumas esporadicamente ocorre a operação tapa-buracos e em outras nem isso ocorre. Em apenas algumas - diria nem em 20% das rodovias estaduais do Paraná, se consegue trafegar com tranquilidade, são aquelas que no final do governo Requião, Mário Pereira ou no início do governo Jaime Lerner foram reconstruídas com os recursos do BID-4, Programa de Reconstrução e Remodelação das Rodovias do Paraná.

De lá para cá, senhor presidente, senhores deputados, nada mais se tem visto fazer em favor de melhorar as condições de tráfego em nossas rodovias. Algumas delas em sinalização horizontal, aquelas faixas pintadas na pista ou a sinalização vertical, que são aquelas placas, às margens das rodovias existem. Ou se existem, estão muitas vezes no meio do mato, porque muitas vezes sequer roçaram a beira das estradas das rodovias. É um estado realmente lamentável e precário.

O que nos traz à tribuna, hoje: vejo, por exemplo, essa mensagem de abertura de crédito e de remanejamento de recursos, que o DER está fazendo e fico, aqui, senhor presidente, senhores deputados, em uma situação de difícil decisão pessoal, porque algumas estradas estão recebendo recursos e que precisam ser construídas, sim, nós as conhecemos eu falaria sobre a rodovia que liga São João do Ivaí a Ubaúna, uma luta nossa, do deputado Miltinho, de quantos anos! A rodovia que liga Arapuã a Romeópolis, lá no município de Arapuã, uma luta, dos deputados Cartário e Miltinho, de quantos anos, que precisam ser construídas! Mas ao mesmo tempo que vejo sendo acrescidos recursos, para o término dessas estradas, não encontro nenhum recurso que é alocado e acrescido para construir, por exemplo, a estrada de Jardim Alegre a comunidade de Jardim Florestal. Não vejo nenhum recurso alocado para as obras de reconstrução da rodovia em São Pedro do Ivaí e distrito Marisa e Itambé. Não vejo os recursos de obras licitadas, deputado Zuk, como aquela que liga Três Bicos até Tereza Cristina, aquela que liga o distrito, isso, no município de Cândido de Abreu.

Aquela que liga o município de Jardim Alegre ao distrito de Barra Preta, a sede do município de Grandes Rios. E vejo, aqui, cancelamento de recursos para restauração de um trecho, onde temos um tráfego realmente

muito grande, que é aquele que vai da localidade de Boa Vista, nas proximidades de Catuporanga, Nova Tebas e que vai até as margens do Rio Muquilão, na divisa com Iretama.

Nos governos de Mário Pereira e Requião, restaurou-se de Campo Mourão até o Rio Muquilão; restaurou-se de Guarapuava, Turvo, Pitanga até Boa Vista. E ficou esse pequeno trecho, que estava incluído no BID-4, mas como o atual governo, não reconstruiu, permaneceu no orçamento recursos aportados. E, agora, vejo, aqui, sendo cancelados ou reduzidos os recursos para a restauração e reconstrução dessas estradas. Sem falar em uma das, sem sombra de dúvida, é a que mais se apresenta destruída, que é a que vai de Caetano Mendes, Posto Paripa, ali, no município de Tibagi, na direção de Reserva, de Três Bicos, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, até Boa Vista, no município de Nova Tebas, ao lado de Catuporã.

Uma estrada pela qual seguidamente estamos trafegando e que, neste final de semana tivemos por duas vezes trafegando por essa estrada e pudemos perceber que é uma estrada que está muito, mas muito prejudicada, sem que o governo aloque um centavo sequer para reconstruí-la, a exemplo da estrada municipal que vai de Ouro Verde, município de Ivaiporã, a exemplo da estrada municipal que vai de Jardim Alegre até Barra Preta, da estrada municipal que vai de São João do Ivaí, Santa Luzia da Alvorada até o município de Godoy Moreira. Todas essas rodovias e as outras que já citei aqui, na semana passada, estão em precário estado de conservação.

É triste nós vermos que o governo está eliminando recursos de rodovias o que seria fundamental a sua reconstrução, neste momento e aportando recursos para outras, que merecem ser construídas, naturalmente, mas demonstra, com clareza, que o governo não está cumprindo o que assegurou aos prefeitos municipais, aos deputados da base do governo e que assegurou a todo o Paraná, quando anunciou uma série de convênios, uma série de licitação para construir as estradas, Caminhos da Educação e da Produção. E quando anunciou através da implantação da concessão de rodovias, no Paraná e do pedágio, que fazia isso na rodovias federais para que tivesse dinheiro e condições de conservar as rodovias estaduais.

Acho uma coisa realmente muito estranha porque há pouco mais de 5 anos atrás, há 6 anos e meio atrás, quando Requião e Mário Pereira governavam este Estado, milhares de quilômetros de estradas foram reconstruídos.

Cerca de 1.000 quilômetros de novas estradas foram pavimentadas, milhares de quilômetros foram pavimentados com pedras irregulares, milhares de casas foram construídas, tudo com dinheiro do Tesouro estadual. Além, evidentemente, de um amplo programa de apoio aos agricultores através do programa Panela Cheia e Bom Emprego, que também neste governo desapareceram com a Panela e desapareceram agora também com o Banco Por Inteiro.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados, apenas para, mais uma vez registrar as péssimas, as lamentáveis condições de tráfego que estão as rodovias “conservadas” porque não estão conservadas pelo governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Plenária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/2000, que dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 18.09.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 301/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre aprovação de ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$140.000,00.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional para a normal tramitação do presente projeto de lei.

Sendo assim, somos de parecer favorável para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 301/2000

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 25/2000, que objetiva aprovar o ajuste orçamentário, criação de obras e a troca entre as fontes que custeiam a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$140.000,00, conforme anexos I e II desta lei.

Sobre a matéria já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, conclui que o ajustamento proposto tem por finalidade a criação e execução de obra não prevista no orçamento para o ano 2000.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2000, que objetiva alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza a cessão do imóvel que especifica à Organização Mundial da Família e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 18.09.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 300/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza a cessão do imóvel que especifica à Organização Mundial da Família.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional para a normal tramitação do presente projeto de lei.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/2000, que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração das fontes de recursos, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, visando a execução de obra, através de convênio com o Ministério da Educação, não previsto no orçamento para o ano de 2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 18.09.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 299/2000

P A R E C E R :

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28.12.99, visando a execução de obra, através de convênio com o Ministério da Educação, não previsto no orçamento para o ano 2000.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional para a normal tramitação do presente projeto de lei.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 299/2000

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 24/2000, que visa aprovar um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$210.000,00, conforme Anexos I e II desta lei.

Sobre a matéria já existe parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, conclui que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria faculdade.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 023/2000, que dispõe sobre aprovação da alteração da composição das fontes dos recursos e alteração do Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 18.09.2000-Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 298/2000

P A R E C E R :

A presente proposição de autoria do Poder Executivo tem por objetivo dispor sobre a aprovação da alteração na composição das fontes dos recursos e alteração no Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional para a normal tramitação do presente projeto de lei.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável para a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 298/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 023/2000, tem por finalidade, proceder a conversão entre fontes de recursos que custeiam a programação da Secretaria de Estado da Justiça e da

Cidadania, no valor de R\$346.200,00 (trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Fundamentação

A proposição, foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu o Parecer Favorável da Comissão supracitada, manifestando o Parecer Favorável ao projeto de Lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 3º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 298/2000.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 021/2000, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$14.899.381,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, aprovado pela Lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Transportes com a construção de obras rodoviárias e estradas rurais, caminhos da educação e da produção. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.09.2000-Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 292/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo aprovar a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 292/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 023/2000, tem por finalidade, aprovar a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28.12.99, no valor de R\$14.899.381 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Fundamentação

A proposição, foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu o Parecer Favorável. Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, acompanha o parecer da Comissão supracitada, manifestando Parecer Favorável ao projeto de Lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 3º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 292/2000.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, este Projeto de Lei nº 292/2000, de autoria do Poder Executivo, ele versa sobre acréscimo de recursos financeiros para algumas obras e redução de recursos financeiros para outras obras. É meio complicado, senhor presidente, aprovarmos este projeto de lei, porque aqui por exemplo, ele está retirando recursos de obras da minha região que são absolutamente indispensáveis.

Então, vamos, como é pela constitucionalidade, senhor presidente, vamos votar, vamos contra naturalmente, mas vamos votar.

Agora, vamos aqui na Oposição encaminhar pela rejeição deste projeto, inclusive buscando alternativas regimentais para que ele não prospere.

Na nossa primeira votação iremos votar contrário apenas na questão regimental e posteriormente vamos verificar o que o Regimento Interno nos permite para tentar com que este projeto não prospere aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, apenas a título de esclarecimento, deputado Nereu Moura, esta presidência quando recebeu esta mensagem também preocupou-se por ver que se retirava de algumas estradas, de algumas regiões e se passava para outra, e teve a cautela de entrar em contato com o secretário de Transportes para que ele explicasse e solicitei que ele fizesse esta explicação que a mim foi convincente, ao líder do Governo até porque a explicação para o meu gosto é pertinente.

Mas solicitaria que quando fôssemos votar em 2ª Discussão o Líder do Governo fizesse a devida expli-

cação para que todos os senhores deputados pudessem saber o porque realmente desta mensagem que a meu ver não prejudica esta ou aquela região, porque também em regiões minhas, situações similares a sua preocupação de que se retirava verba de uma obra para colocar na outra, e não é bem isso ao que me parece.

Mas solicitaria que se fizesse no momento oportuno, na 2ª Discussão a explicação desse detalhe.

Para encaminhar, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, falo em primeiro lugar em meu nome pessoal e também em nome da Oposição nesta Casa porque esta Assembléia tem procurado, e foi assim quando discutimos a elaboração do orçamento, tenho certeza que o deputado Durval Amaral, como relator, deputado Cesar Silvestri, como presidente da comissão, os demais integrantes da comissão, fizeram um trabalho que foi merecedor da confiança de todos naquela oportunidade. Aprovamos neste Plenário, Substitutivo, evidentemente, com algumas considerações a respeito, fez-se naquela oportunidade um entendimento com relação ao número e valor de Emendas dos senhores parlamentares, e imaginávamos e continuamos a imaginar que estávamos naquela oportunidade aprovando um Orçamento, com normas com práticas que eram para valer. O que estamos vendo nesse momento? É novamente aquela folia de sempre, faz-se um Orçamento, daqui uns dias começa a remendar todo esse orçamento, quebrando toda uma expectativa nossa, enquanto parlamentares nesta Casa, quebrando toda uma expectativa da sociedade paranaense, dos prefeitos e vereadores, que aguardavam a execução dessas obras.

Pessoalmente, na condição de Parlamentar do Vale do Ivaí e sei que seria este também o posicionamento do deputado Miltinho Puppio se presente a esta sessão estivesse. Não posso depois de ter feito já nesta Casa, três ou quatro pronunciamentos a respeito das condições de algumas rodovias concordar, por exemplo: que lá no município de Nova Tebas seja reduzido em 500 mil reais, os recursos que estavam programados para restaurar a PRT-487, no trecho Rio Moquillão, Boa Vista.

Não posso, porque seria contraditório da minha parte estar cobrando a restauração dessa rodovia e no dia seguinte vir aqui e votar à favor da redução dos recursos destinados a essa obra, em cima de uma proposta do governo.

Também não posso concordar, que se reduza no município de Cândido de Abreu, em 200 mil reais as obras de execução de terraplanagem e pavimentação do trecho do PRT-487, linha do Ivaí à Barra do Jacaré, que é uma obra que foi anunciada por nós. Foi anunciada pelo deputado Miltinho Puppio, foi comemorada pela atual administração, pelo povo de Cândido de Abreu e que agora vem o governo retirar recursos dessas obras.

Por essa razão mesmo entendendo ser direito do governo fazer esses remanejamentos, mas pessoalmente não concordo com esse remanejamento retirando recursos de

estradas importantes para a nossa região e para o Estado do Paraná.

Por essa razão voto, também, contrário ao projeto de lei anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Estamos votando em 1ª Discussão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Gostaria que Vossa Excelência registrasse aos votos contrários dos deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni e Divanir Braz Palma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está devidamente registrado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 112, de 28.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 276/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que tem por objetivo acrescentar parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 276/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, tem por finalidade, acrescentar parágrafo ao artigo 1º, da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998.

Fundamentação

A proposição, foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu o parecer favorável. Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, acompanha o parecer da comissão

supracitada, manifestando o Parecer Favorável ao projeto de lei ora em análise.

Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 276/2000.

Sala das Comissões, em 18.09.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Reinhardt de Assistência Social - Aras, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APSFI, onde funciona a escola para surdos da referida entidade no município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/99, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Bernardo, com sede e foro no município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que proíbe a veiculação através dos periódicos do Paraná de classificados, conforme especifica. (Mensagens ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1759 e 1760, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1765, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1767, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1768, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1769, 1770, 1771 e 1772, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1774, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 240, 243 e 272/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 062, 184 e 279/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276, 292, 298, 299, 300 e 301/2000.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 023ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

19 DE SETEMBRO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Antonio Carlos Belinati.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da sessão plenária de quarta-feira, dia 20 de setembro de 2000, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 292/2000 (Mensagem Governamental nº 021/2000), que dispõe ajuste orçamentário do DER e Projeto de Lei 276/2000.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Cesar Silvestri, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Antonio Baratter, Tony Garcia, Luiz Carlos Zuk, Cesar Seleme, Serafina Carrilho, Beraldin, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Durval Amaral, Beto Richa e Antonio Carlos Belinati.

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com o apoio dos senhores deputados Beto Richa, Luiz Carlos Alborghetti, Plauto Miró Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando transformação da sessão plenária, do dia 20 do corrente mês, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 292/2000 (Mensagem nº 021/2000), que dispõe ajuste orçamentário do DER e Projeto de Lei nº 276/2000.

Recebido na forma do § 2º, do Artigo 107 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, pela ordem.

Solicito que Vossa Excelência retirasse o requerimento de autoria do líder do governo, para que pudéssemos votar, já que a pauta é realmente pequena e não seria a inversão da Ordem do Dia que iria prejudicar o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa recebe o requerimento do deputado Valdir Rossoni e o coloca em votação.

Aprovado.

De conformidade, com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/2000, que dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2000, que objetiva alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza a cessão

do imóvel que especifica à Organização Mundial da Família e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/2000, que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração das fontes de recursos, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, visando a execução de obra, através de convênio com o Ministério da Educação, não previsto no orçamento para o ano de 2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vejo de parte de alguns parlamentares, a preocupação da não execução de algumas obras e o argumento usado pelo deputado Orlando Pesutti é válido, porque todos temos conhecimento, que após essas chuvas, encontram-se trechos de estradas em péssimas condições e após essas chuvas, agravou-se o problema das estradas no Paraná.

O que está acontecendo aqui é apenas o remanejamento, porque tem estradas que, até a Secretaria de Transportes proceder a licitação, proceder a parte legal, é natural que isso ocupe um tempo determinado. Já estamos no final do mês de setembro. Certamente a concorrência para melhoria dessas estradas, vai acontecer no final do mês de dezembro para usar essas obras que estão destinadas a determinadas obras que estão aqui neste relatório.

Por isso, como não haverá possibilidade de gastar todos os recursos locados para essas obras, está se fazendo o remanejamento para outras obras que estavam faltando recursos. Então não haverá paralisação de obras, o que haverá é uma adequação de cronograma do andamento dessas obras e também dentro das questões legais que são necessárias para que você recupere uma estrada. Essa é a justificativa que temos por parte da Secretaria de Transportes e da mesma forma cabe a justificativa à questão das penitenciárias. Porque com relação às penitenciárias está se fazendo um remanejamento, está se fazendo um esforço para que essas obras sejam concluídas. Mas, todos sabemos, de que o governo federal, agora, está auxiliando os Estados. E com esse remanejamento, precisamos de um tempo necessário para fazer a parte legal de licitação ou concorrência pública, natural que não gaste todo esse dinheiro no mês de dezembro.

Então, não podemos paralisar uma obra - como exemplo, o caso de Cascavel - por falta de recursos, porque a outra ainda não há o procedimento legal. Essa é a justificativa que dou ao projeto de remanejamento de

orçamento da Secretaria de Justiça e a mesma justificativa serve para a Secretaria de Transportes. Não há paralisação de obras, o que há é um remanejamento e adequação ao cronograma de execução da obra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 023/2000, que dispõe sobre aprovação da alteração da composição das fontes dos recursos e alteração do Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

(**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, data vênha nosso líder deputado Rossoni. Nós como autênticos representantes da região Noroeste do Estado do Paraná - em especial Maringá, não concordamos com tal propositura dessa mensagem do governador, porque está difícil da gente ter um entendimento, um convencimento.

Vejam: estamos com uma obra da Penitenciária Industrial Semi-Aberta em Maringá, obra já iniciada. Já foi feita a parte de infra-estrutura, vigas, baldrame, terraplenagem e a obra ficou paralisada por um tempo. Estivemos lá com o nosso secretário Tato Taborda e ele demonstrou todo o otimismo e disse que a obra ia ter reinício logo, entramos inclusive com um pedido de reinício dessa obra. Agora, faço minhas também as palavras do Pessuti, não posso aqui votar a favor de uma retirada de recursos de 346 mil reais dessa nossa obra e transferir para outra, uma vez que estou pedindo que se acelere a obra.

É uma pena que isso esteja acontecendo. Sei que o governador Jaime Lerner talvez não tenha se debruçado sobre esse problema e aqui acho que estamos desvirtuando um Orçamento que foi, aqui, tão arduamente debatido, estudado e aprovado aqui na Assembléia. Não tenho como chegar em Maringá e defender que eu defendo Maringá, sendo que hoje aqui fiquei para aprovar uma verba que tira a condição de se fazer a nossa Penitenciária a Semi-Aberta tão esperada, com uma expectativa tão grande para que possamos recuperar os nossos presos através do trabalho e não de uma prisão simples como acontece hoje.

Então senhor presidente, vou votar contra e gostaria que os meus companheiros também acompanhassem. Porque não dá para um parlamentar defender a sua região trabalhando desta forma.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Acredito que o deputado Divanir tem todo o direito de defender Maringá, mas nós estamos afirmando, aqui, senhor presidente, que num momento em que temos escassez de recursos tem que haver uma adaptação aos recursos existentes para que as obras tenham prosseguimento.

Talvez a obra não tenha a mesma velocidade que é o desejo do deputado Divanir mas, o importante é que o governo está lá investindo nas penitenciárias de Maringá, Cascavel e outras.

Agora, temos que fazer esta adaptação sob pena de parar todas as obras. É uma adaptação, é um estudo feito pelas Secretarias, pelos técnicos e o deputado Divanir pode ter certeza que o governador tem conhecimento e se debruçou em cima desta questão, prova disso que o governador tem um carinho todo especial com Maringá e esteve semana passada inaugurando o aeroporto de Maringá e jamais vai retirar uma verba de Maringá para paralisar a obra.

Estamos apenas adaptando a um cronograma dentro das condições financeiras do momento que o Estado atravessa. Tem que haver um entendimento sob pena de paralisar todas as obras, não apenas de Maringá porque ela não está sendo paralisada, apenas está se estabelecendo um cronograma até o final do ano porque estamos no final do mês de setembro e temos apenas três meses.

Estes estudos foram feitos porque nestes três meses não se gastarão todos os recursos que estão dotados para a Penitenciária de Maringá, então, está havendo esta adaptação do cronograma de investimentos.

Não acredito que votando a favor ou contra este projeto estejamos votando contra Maringá, de forma nenhuma, está se defendendo aqui a penitenciária de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para facilitar o entendimento dos nossos companheiros, existe um trinômio que resolve tudo isso e chama-se "Lei de Responsabilidade Fiscal". É só isso que estamos votando hoje!

Em discussão, em votação.

Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2000, que dispõe sobre a aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$14.899.381,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Transportes com a construção de obras rodoviárias e estradas rurais - Caminhos da Educação e da Produção. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk e Orlando Pessuti, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 292/2000

O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 292/2000, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Fica mantido o programa de obras constante do Anexo V, da Lei Orçamentária Anual para 2000.”

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON,
ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ZUK,
ORLANDO PESSUTI.

Em discussão o projeto.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, apenas quero deixar clara a nossa posição contrária a este projeto, reiterar que muitas obras que o governo está solicitando recurso para continuar foram obras produtos de convênios assinados na campanha eleitoral de 98. Eram obras eleitoreiras, para ganhar as eleições e foi por isso que estas obras pararam e agora, na campanha eleitoral o governo se vê na obrigação de dar continuidade a estas obras paralisadas.

Agora, não pode vestir um santo e desvestir outro. Não nos convence o argumento de que estas obras têm recursos de mais ou de menos. Na minha região, na minha cidade de São João, no Sudoeste do Paraná, o governo está retirando um milhão e duzentos mil reais de uma rodovia que é absolutamente intransitável hoje, a rodovia deputado Arnaldo Busato, a PR 281.

Está aqui retirando também um milhão de reais de Dois Vizinhos, da rodovia que liga Dois Vizinhos a Itapejara do Oeste que é uma estrada que não dá para andar mais e nós que estamos lá apoiando nossos companheiros políticos, sabemos da grande dificuldade que temos de andar naquelas rodovias.

Não se justifica que o governo queira retirar verbas de obras fundamentais para a nossa economia, para a economia do Paraná, para a economia do Sudoeste do Paraná.

A obra Jaguariaíva, o governo está retirando um milhão duzentos e sessenta e um mil desta rodovia, entroncamento da BR 153. Conheço este trecho. Um trecho, hoje, impraticável. Ora! Não dá para despir um santo e vestir outro. O governo que corte propaganda de televisão, que reduza gastos em outras áreas, mas não venha querer tirar dinheiro da parte estrutural do Paraná, da área

importante para o nosso desenvolvimento, das nossas rodovias, da agricultura e por aí afora.

Por isso, senhor presidente, vamos votar contra este projeto e estamos apresentando uma emenda para que este projeto seja debatido novamente na Comissão de Legislação e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Esta Presidência deixa de colocar em votação e recebe a emenda firmada por diversos senhores deputados. **E encaminha à CCJ ou à Comissão Geral para que seja apreciado amanhã.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, PROJETO DE LEI Nº 276/2000

Inclua-se artigo no Projeto de Lei nº 276/2000, com a seguinte redação:

“Art. ... - Os lotes urbanos de que trata o artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998, na impossibilidade de transferência direta do Estado para os detentores de direitos possessórios regular e legitimamente exercidos e adquiridos de quem possuía o domínio ao tempo da alienação ou da promessa, poderão ser doados à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para posterior transferência aos mesmos.”

Sala das Sessões, em 19.09.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões, Cesar Seleme, Nelson Garcia.

O projeto será encaminhado à C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 1775, de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência convida os senhores líderes de partido, membros da Comissão Executiva e todos aqueles deputados que quiserem fazer presença a uma reunião que será feita agora, no gabinete da Presidência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.